www.pwc.com.br

Superdigital Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2023 e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Superdigital Instituição de Pagamento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Superdigital Instituição de Pagamento S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Superdigital Instituição de Pagamento S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade
 operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em
 relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de
 continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos
 chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações



financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2023

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5

Signed By. PAULO RODRIGO PECHT:2511
CPF: 25185992824
Signing Time: 29 August 2023 | 12:08 BRT

Signing Time: 29 August 2023 | 12:08 BRT

Signing Time: 29 August 2023 | 12:08 BRT

Paul Nor (Page 2023 | 12:08 BRT

Paul Nor (Page

Contador CRC 1SP213429/O-7

Relatório da Administração em 30 de junho de 2023

Senhores Acionistas:

À Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Superdigital Instituição de Pagamento S.A. ("Super"), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância das normas e instruções emanadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. As demonstrações financeiras estão acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 30 de junho de 2023, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 305 milhões (R\$ 195 milhões em 31 de dezembro de 2022), e o prejuízo acumulado é de R\$ 200 milhões (R\$ 147 milhões em 31 de dezembro de 2022). No semestre findo em 30 de junho de 2023, a Super apresentou um prejuízo de R\$ 53 milhões (prejuízo de R\$ 24 milhões em 30 de junho de 2022).

Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2023, os ativos totais atingiram R\$ 532 milhões (R\$ 594 milhões em 31 de dezembro de 2022). Desse montante, destacamos, R\$ 218 milhões que são representados por aplicações interfinanceiras (R\$ 271 milhões em 31 de dezembro de 2022), R\$ 198 milhões por intangível (R\$ 170 milhões em 31 de dezembro de 2022).

Em 30 de junho de 2023, o total do passivo atingiu R\$ 227 milhões (R\$ 399 milhões em 31 de dezembro de 2022). Deste montante destacamos os depósitos em conta de pagamento de R\$ 179 milhões (R\$ 225 milhões em 31 de dezembro de 2022) e R\$ 3 milhões de valores a repassar a operadoras de cartões por conta de transações com clientes (R\$ 92 milhões em 31 de dezembro de 2022).

Auditoria Independente

A Super tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, as quais preveem, inclusive, a necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais; e (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria externa durante o semestre findo em 30

de junho de 2023, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados na Super com independência das demais entidades do Grupo Santander, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários São Paulo, 29 de agosto de 2023.



	30/06/2023 3	1/12/2022		30/06/2023	31/12/2022
Circulante	265.990	358.755	Circulante	218.572	392.982
Disponibilidades (nota 4)	25.728	45.736	Depósitos em Conta de Pagamento (nota 11)	179.122	224.746
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (nota 5)	218.312	270.597	Outras Obrigações (nota 12)	39.450	168.236
Aplicações em Operações Compromissadas	218.312	270.597	Fiscais	1.892	2.424
Títulos e Valores Mobiliários (nota 4 e 6)	197	51	Diversas	37.558	165.812
Carteira Própria	197	51			
Relações Interfinanceiras	2.306	419	Não Circulante	8.439	6.438
Transações de Pagamento	2.306	419	Outras Obrigações (nota 12)	8.439	6.438
Crédito Tributário (nota 7)	174	3.639	Diversas	8.439	6.438
Outros Créditos (nota 8)	17.489	36.933			
Adiantamentos	4.894	4.235			
Impostos e Contribuições	9.869	5.396			
Diversos	2.726	27.302			
Outros Valores e Bens	1.784	1.380			
Despesas Antecipadas	1.784	1.380			
Não Circulante	265.909	235.691			
Realizável a Longo Prazo	65.256	63.462	Patrimônio Líquido (nota 15)	304.888	195.026
Crédito Tributário (nota 7)	65.256	63.462	Capital Social	504.875	300.118
Imobilizado (nota 9)	2.297	2.564	Aumento de Capital Social	-	41.471
Imobilizado de Uso	4.643	4.514	Prejuízos Acumulados	(199.987)	(146.563)
Depreciação Acumulada	(2.346)	(1.950)			
Intangível (nota 10)	198.356	169.665			
Softwares	257.750	214.795			
Amortização Acumulada	(59.394)	(45.130)			
Total do Ativo	531.899	594.446	Total do Passivo	531.899	594.446

S superdigital Demonstração do Resultado em milhares de reais

	30/06/2023	30/06/2022
Resultado de Intermediação Financeira	17.275	15.105
Receita em Aplicações Interfinanceiras (nota 18)	17.275	15.105
Outras Receitas/ (Despesas) Operacionais	(69.065)	(50.889)
Receita com Prestação de Serviços (nota 17)	18.656	25.712
Outras Receitas Operacionais (nota 22)	15.533	9.438
Despesas de Pessoal (nota 19)	(34.991)	(25.066)
Despesas Administrativas (nota 20)	(53.832)	(44.358)
Outras Despesas Operacionais (nota 23)	(10.991)	(13.062)
Despesas Tributárias (nota 21)	(3.440)	(3.553)
Resultado Operacional	(51.790)	(35.784)
Resultado Não Operacional	37_	
Resultado antes da tributação e participações	(51.753)	(35.784)
Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 24)	(1.671)	11.972
Imposto de Renda Diferido	(1.566)	8.798
Contribuição Social Diferida	(105)	3.174
(Prejuízo)	(53.424)	(23.812)
Ações em circulação (mil)	408.552	230.227
(Prejuízo) por lote de mil ações	(131)	(103)



 30/06/2023
 30/06/2022

 Lucro Líquido/(Prejuízo)
 (53.424)
 (23.812)

 Resultado abrangente total do semestre
 (53.424)
 (23.812)



	Capital social	Aumento de capital social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	228.290		(83.623)	144.667
Prejuízo do semestre	-		(23.812)	(23.812)
Aumento de Capital Social (nota 15)		32.280	-	32.280
Saldos em 30 de junho de 2022	228.290	32.280	(107.435)	153.135
Mutações no Semestre		32.280	(23.812)	8.468
Saldos em 31 de dezembro de 2022	300.118	41.471	(146.563)	195.025
Prejuízo do semestre		_	(53.424)	(53.424)
Aumento de Capital Social (nota 15)	204.757	(41.471)	-	163.286
Saldos em 30 de junho de 2023	504.875		(199.987)	304.887
Mutações no Semestre	204.757	(41.471)	(53.424)	109.862



em milhares de reais

	30/06/2023	30/06/2022
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido/(Prejuízo)	(53.424)	(23.812)
Ajustes ao Lucro Líquido/(Prejuízo)	17.934	725
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (nota 7.a)	1.671	(11.972)
Variação Cambial (nota 22)	(117)	(187)
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 23)	4	36
Depreciação e Amortização (nota 20)	14.660	12.484
Contingências Civeis (nota 14)	1.660	364
Contingências Trabalhistas (nota 14)	56	-
Variações em Ativos e Passivos	(104.570)	(7.570)
Redução em Aplicações Interfinanceiras (nota 5)	52.285	29.730
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras	(1.887)	46
Redução em Outros Créditos (nota 8)	19.561	23.941
(Aumento) em Outros Valores e Bens	(404)	(468)
(Redução) em Depósitos em Conta de Pagamento (nota 11)	(45.624)	(14.888)
(Redução) em Outras Obrigações (nota 12)	(131.666)	(25.784)
(Redução)/Aumento em Resultado de Exercícios Futuros (nota 13)	-	(23.065)
Impostos Pagos	3.165	2.918
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(140.060)	(30.658)
Atividades de Investimentos		
Aquisição de Imobilizado (nota 9)	(129)	(803)
Aquisição de Intangível (nota 10)	(42.955)	(49.358)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimentos	(43.084)	(50.161)
Atividades de Financiamento		
Aumento de Capital Social (nota 15)	163.286	32.280
Caixa Líquido Originado em Atividades de Financiamento	163.286	32.280
, ,		
Variação Cambial em Caixa e Equivalentes de Caixa	(4)	(36)
Efeito Líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 4)	(19.862)	(48.574)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre	45.787	101.446
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	25.925	52.872
Redução no Caixa e Equivalente de Caixa (nota 4)	(19.862)	(48.574)
Redução no Caixa e Equivalente de Caixa (NOCa 4)	(17.002)	(+0.374)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2023 Em milhares de reais

1. Contexto operacional

A Superdigital Instituição de Pagamento S.A. ("Super") é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 – Torre A – Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, integrante do Conglomerado Prudencial Santander ("Conglomerado Santander"). Tem como principal atividade atuar como instituição de pagamento, conforme definido pela Lei nº 12.865 de 09 de outubro de 2013 e, obedecendo diretrizes do Banco Central do Brasil ("Bacen"), incluindo, sem limitar-se a: emitir moeda eletrônica, prestar serviços de pagamentos tanto através de cartões quanto por meio de outras mídias, facilitar pagamentos em prol de terceiros, credenciar estabelecimentos para atuarem em pagamentos, bem como outras atividades permitidas para Instituições desta natureza. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados entre as instituições participantes do Conglomerado Santander são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional da Instituição e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), com as alterações determinadas pelas Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, em consonância às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicáveis, aqui denominados em conjunto como "BACEN GAAP".

Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Instituição considerou o disposto na Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

A Administração da Super autorizou a emissão das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023 na data de 28 de agosto de 2023.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2023 Em milhares de reais

3. Principais Políticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Super.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço em conformidade com a Resolução BCB nº2/2020.

c) Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

A Super apresenta ativos e passivos nas demonstrações financeiras com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- a) Espera-se que seja realizado ou pretenda ser vendido ou consumido no ciclo operacional normal;
- b) Está mantido principalmente para fins de negociação;
- c) Espera que seja realizado dentro de doze meses após a data do balanço;
- d) É caixa ou equivalente de caixa, a menos que seja proibido de ser trocado ou usado para liquidar um passivo por pelo menos doze meses após a data do balanco.

Todos os outros ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- a) Espera-se que seja liquidado no ciclo operacional normal;
- b) Está mantido principalmente para fins de negociação;
- c) Deve ser liquidado dentro de doze meses após a data do balanço;
- d) Não há direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório.

A Instituição classifica todos os outros passivos como não circulantes.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição e que não haja restrição quanto a disponibilidade do recurso.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2023 Em milhares de reais

e) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01 e levam em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas:

- I Títulos para negociação;
- II Títulos disponíveis para venda; e
- III Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Super de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II devem ser demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

- (1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
- (2) da conta destacada do patrimônio líquido, reduzida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Caso ocorram perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, as mesmas são reconhecidas no resultado do período.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a Super apresenta apenas títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Derivativos são contratos ou acordos cujo valor é derivado de um ou mais índices subjacentes ou ativos referenciados no contrato ou acordo, que exigem nenhum ou pouco investimento líquido inicial e são liquidados em uma data futura.

Os derivativos são mantidos para fins de gerenciamento de risco e são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como estando em uma relação contábil de hedge. Os derivativos são reconhecidos a custo inicial, na data em que um contrato é celebrado, e são subsequentemente mensurados pelo seu valor justo. Os valores justos dos derivativos negociados em bolsa são obtidos a partir da

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2023 Em milhares de reais

cotação dos preços de mercado. Os valores justos dos derivativos de balcão são estimados usando técnicas de valuation, incluindo fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções.

Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando seu valor justo é positivo e como passivo quando seu valor justo é negativo, exceto quando a compensação pelo valor líquido é permitida. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas do valor justo depende se os derivativos são mantidos para negociação ou designados como instrumentos de hedge. Os ganhos e perdas de variações no valor justo de derivativos mantidos para negociação são reconhecidos nas demonstrações do resultado.

Em 30 de junho de 2023 a Super não possui operações com Instrumentos Financeiros Derivativos ou operações de hedge.

f) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é registrado pelo custo de aquisição e a depreciação calculada pelo método linear utilizando taxa anual de 10% ao ano para móveis e utensílios e 20% ao ano para equipamentos de processamento de dados. O ativo imobilizado está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

g) Intangível

Os ativos intangíveis são ativados em função dos custos alocados ao seu desenvolvimento, compostos dos custos de pessoal da equipe dedicada a tais atividades e gastos com fornecedores alocadas aos projetos. São avaliados permanentemente quanto a benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo que serão gerados em favor da Super e segurança na mensuração no momento do reconhecimento.

A amortização dos intangíveis é realizada pelo método linear a taxa de 20% ao ano, exceto softwares cujas licenças são de prazos inferiores a 5 anos que são amortizados, pelo prazo da licença.

h) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras exceto quando a Administração da Instituição acredita que sua realização é praticamente certa, o que geralmente corresponde a processos com decisões favoráveis, em julgamentos finais e inapeláveis, finalização de processos em decorrência de liquidação por pagamento ou como resultado de um acordo para compensar um passivo existente.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2023 Em milhares de reais

As provisões decorrem principalmente de processos administrativos e ações judiciais em que a Super é parte, decorrentes do curso normal de suas atividades. São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança (Nota 14).

Os passivos contingentes são classificados de acordo com sua probabilidade de perda como:

- Provável São reconhecidas provisões para o passivo no balanço patrimonial;
- Possível Divulgados nas demonstrações financeiras, mas para as quais nenhuma provisão é reconhecida; e
- Remoto Não requerem provisão e nem divulgação.

Os valores de depósitos judiciais são ajustados de acordo com a legislação vigente.

i) Impostos e Contribuições

- PIS (Programa de Integração Social) e Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) são calculados à alíquota de 1,65% e 7,60%, respectivamente sobre as receitas e custos aplicados diretamente à atividade.
- IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%.
- e a CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) à alíquota de 9%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros, limitado ao período de até 10 anos. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na (nota 7), está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela administração da Super.

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a Super deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo e o seu valor em uso.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2023 Em milhares de reais

k) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos semestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

I) Normas, Alterações e Interpretações de Normas Aplicáveis em Períodos Futuros

- Resolução BCB nº 92/2021, nº 255/2022, nº 320/2023 Dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) pelas administradoras de consórcio e instituição de pagamento e sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução entra em vigor 1º de janeiro de 2025
- Resolução BCB nº 178/2022 Dispõe sobre critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas, na condição de arrendatária, pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento. Os impactos decorrentes da aplicação desta norma seguem em observância até a sua entrada em vigor. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.
- Resolução BCB nº 219/2022 Estabelecem os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do Cosif para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Substitui entre outras normas a Resolução CMN nº 2.682/1999, a Circular BACEN nº 3.068/2001 e a Circular BACEN nº 3.833/2017. Será aplicada de maneira prospectiva tendo sua vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Super está avaliando o impacto das novas regras.

m) Resultado não Recorrente

Os resultados não recorrentes são avaliados semestralmente para divulgação, de acordo com a Resolução 2/2020 do Bacen. São considerados resultados não recorrentes as operações que estejam ou não relacionadas com as atividades da Super onde a recorrência não ultrapasse três ocorrências por exercício social.

No semestre findo em 30 de junho de 2023 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Super não possui nenhum evento dessa natureza.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2023 Em milhares de reais

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidades	25.728	45.736
Cotas de Fundo de Investimento*	<u>197</u>	51
Total	25.925	45.787

^(*) Classificado no Balanço Patrimonial na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários", resgatáveis a qualquer momento (nota 6).

5. Aplicações Interfinanceiras

a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	30/06/2023	31/12/2022
LFT – Letras Financeira do Tesouro (nota 16b)	-	270.597
LTN – Letras do Tesouro Nacional (nota 16b)	218.312	
Total	218.312	270.597

Referem-se, em grande parte, aos saldos mantidos em títulos públicos vinculados à conta pré-paga, possuem vencimento em até 12 (doze) meses.

6. Títulos e Valores Mobiliários

	30/06/2023	31/12/2022
Banco Santander - Cotas de Fundo de Investimento	197	51
	197	51

Os Títulos e Valores Mobiliários são classificados como ativos para negociação. O valor de mercados dos títulos e valores mobiliários considera a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As cotas de fundos de investimentos são atualizadas com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.

7. Crédito Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2023
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	61.959	-	-	61.959
Diferenças Temporárias	5.142	2.836	(4.507)	3.471
Total de Crédito Temporárias	67.101	2.836	(4.507)	65.430

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2023 Em milhares de reais

b) Valor Presente dos Créditos Tributários

Em 30 de junho de 2023, o valor presente total dos créditos tributários registrado é de R\$ 41.454 (R\$ 49.136 em 31 de dezembro de 2022) calculados de acordo com a expectativa de realização dos prejuízos fiscais e bases negativas e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

Em 30 de junho de 2023 a Super apresenta um saldo de R\$ 18.804 de créditos tributários não ativados decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL e em 31 de dezembro de 2022 não apresenta créditos tributários não ativados.

c) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Conforme a resolução BCB nº 15/2020 a realização e a manutenção do registro contábil do ativo fiscal diferido dependem da geração de lucros tributáveis futuros e do atendimento aos prazos e condições, definidos no art. 4º, destacando-se a exigência de ter estudo técnico de lucros futuros que demonstre a realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de 10 anos e de apresentar histórico de lucros tributáveis em, ao menos, 3 dos últimos 5 anos.

Contudo, dado que a Super não apresentou histórico de lucro tributável nos últimos 3 anos, foi solicitado ao BACEN a dispensa de referido requerimento para dar continuidade ao registro completo do crédito tributário, nos termos da Resolução BCB nº 15/2020. Em resposta ao pedido, com base nas informações prestadas no estudo de realização de ativos fiscais diferidos, o BACEN deferiu parcialmente nosso pleito determinando:

- a. Autorização para a manutenção do registro contábil dos ativos fiscais diferidos reconhecidos até a data-base de 31/12/2022;
- Autorização para o registro de novos ativos fiscais diferidos relacionados com diferenças temporárias dedutíveis a partir de 01/01/2023; e
- c. Vedação ao registro de ativos fiscais diferidos relacionados com prejuízos fiscais e base negativa de CSLL apurados a partir de 01/01/2023.

O montante não ativado no período decorrente de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social perfazem o valor de R\$ 18.804.

A expectativa de realização do ativo fiscal diferido é conforme a seguir:

Ano	Diferenças Temporárias	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Total
2023	174	-	174
2024	3.297	-	3.297
2025	-	-	-
2026	-	6.043	6.043
2027	-	14.662	14.662
2028 a 2032		41.254	41.254
Total	3.471	61.959	65.430

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2023 Em milhares de reais

8.	Outros	Créditos
----	---------------	-----------------

. Outros Creditos		
	30/06/2023	31/12/2022
Adiantamentos para fornecedores (1)	3.702	4.103
Adiantamento e antecipações salariais	1.192	132
Impostos e contribuições a compensar	9.869	5.396
Valores a receber de seguro (nota 26)	-	25.313
Outros	2.726	1.989
Total	17.489	36.933

(1) Compostos por adiantamentos realizados a prestadores de serviços para realização de transações solicitadas por clientes no contexto de suas transações de pagamentos ou saques, com prazo médio de 30 dias para realização.

9. Imobilizado

	30/06/2023	31/12/2022
Equipamentos de processamento de dados	4.289	4.160
Móveis e utensílios	354	354
Depreciação acumulada	(2.346)	(1.950)
Total	2.297	2.564
Resumo das movimentações		
Saldo Inicial	2.564	2.314
Adições	129	1.055
Baixas	-	(81)
Depreciações	(396)	(724)
Saldo Final	2.297	2.564

10. Intangível

	30/06/2023	31/12/2022
Software	257.750	214.795
Amortização Acumuladas	(59.394)	(45.130)
Intangível Líquido	198.356	169.665
Resumo das movimentações		
Saldo Inicial	169.665	84.428
Novos desenvolvimentos	42.955	110.096
Amortizações	(14.264)	(24.859)
Saldo Final	198.356	169.665

11. Depósito em Conta de Pagamento

Os saldos mantidos em conta de pagamento pré-paga referem-se, as obrigações junto a clientes no montante R\$ 179.122 (R\$224.746 em 31 de dezembro de 2022).

Os depósitos da conta de pagamento pré-paga são mantidos aplicados em títulos públicos, conforme requerimento da Resolução BCB nº 80 do BACEN.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2023 Em milhares de reais

12. Outras Obrigações

	30/06/2023	31/12/2022
Fornecedores diversos (1)	14.112	40.366
Repasse por transações de pagamento (2)	3.395	91.904
Fiscais	1.892	2.424
Despesa de pessoal	23.449	23.132
Incentivo Exclusividade (nota 13)	1.775	8.602
Provisão para contingências cíveis (nota 14)	3.266	8.246
Total	47.889	174.674

- (1) R\$1.260 referente a fornecedores de serviços no curso normal dos negócios e provisão de fornecedores R\$12.852.
- (2) Referem-se aos valores a repassar às operadoras, em função das operações de compras e saques, somam R\$ 3.395 (R\$ 91.904 em 31 de dezembro de 2022).

Em 1 de abril de 2023, entrou em vigor a Resolução BCB nº246, que estabelece limites máximos para a tarifa de intercâmbio e veda o estabelecimento de prazos máximos diferentes para a disponibilização de recursos para o usuário final recebedor nos arranjos de pagamento doméstico, de compra, de contas de pagamento pré-pagas.

Dessa maneira houve a uniformização dos prazos de liquidação das operações com cartões de débito e pré-pago (em até D+2). Anteriormente as operações pré-pagas eram liquidadas em até D+27.

13. Incentivo de Exclusividade

O contrato assinado com a Superdigital Holding prevê incentivos de produtos e desenvolvimento que foram recebidos pela Super Pagamentos no valor de R\$ 40.495 em agosto de 2021 e R\$ 1.772 em setembro de 2022. Os valores são reconhecidos no resultado de acordo com a ocorrência das respectivas despesas acordadas em contrato. Em 30 de junho de 2023 o saldo a reconhecer em resultados futuros estava no montante de R\$ 1.775 (R\$ 8.602 em 31 de dezembro de 2022).

14. Passivos Contingentes e Provisões

	30/06/2023	31/12/2022
Cíveis	1.946	6.982
Trabalhistas	1.320	1.264
Total	3.266	8.246
Saldo Inicial	8.246	2.362
Constituição Líquida	1.716	7.826
Baixas	(6.696)	(1.942)
Saldo Final	3.266	8.246

A Super é parte em processos judiciais cíveis, decorrentes do curso normal de suas atividades e ações trabalhistas.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2023 Em milhares de reais

A Super registrou as provisões para demandas judiciais de natureza cível as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, relacionadas com discussões e questionamentos cíveis, ajuizados ou não, para as quais é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Super revisou suas estimativas e considera as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a estes processos, as quais estão registradas em balanço.

Em 28 de Janeiro de 2021, a Super moveu ação indenizatória que visa buscar indenização pelos danos materiais oriundos do incidente operacional ocorrido em janeiro de 2021. O referido processo foi julgado improcedente em primeira instância no valor total de R\$ 5.500 referente exclusivamente à sucumbência processual.

Em março de 2023 a Super desistiu da ação e realizou um acordo para pagamento da sucumbência no valor de R\$ 1.300.

Em 30 de junho de 2023, existem processos cíveis de consumo e ações trabalhistas classificadas como perdas possíveis por nossos assessores jurídicos no montante de R\$ 11.587 (R\$ 13.283 em dezembro de 2022) e processos trabalhistas no montante de R\$ 603 (R\$ 854 em dezembro de 2022).

15. Patrimônio Líquido

Aumento de Capital Social

	Capital Social	Quantidade de Ações	Data de Aprovação Banco Central
Saldo em 31 de dezembro de 2021	228.290	206.665	
Aumento de Capital Social em maio de 2022	32.280	23.562	05 de julho de 2022
Aumento de Capital Social em outubro de 2022	39.548	28.867	02 de dezembro de 2022
Aumento de Capital Social em dezembro de 2022	41.471	30.271	03 de fevereiro de 2023
Aumento de Capital Social em fevereiro de 2023	42.172	30.783	28 de março de 2023
Aumento de Capital Social em abril de 2023	121.114	88.404	05 de junho de 2023
Saldo em 30 de junho de 2023	504.875	408.552	

Em 30 de junho de 2023 a composição acionaria da Super está assim representada:

Posição Acionária

<u>Companhia</u>	Quantidade de Ações	<u>% Participação</u>
Superdigital Holding Company S.L	408.552.236	99,9999755%
Cantabro Catalana de Inversiones S.A	100	0,0000245%

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2023 Em milhares de reais

O estatuto estabelece que:

Juntamente com as demonstrações financeiras, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, quando houver calculado após a dedução das participações referidas no Artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações e no Parágrafo 2° deste artigo, ajustado para fins do cálculo de dividendos, nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, observada a seguinte ordem de dedução:

- a) 5% (cinco por cento), no mínimo, para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- b) a parcela necessária ao pagamento do dividendo obrigatório não será inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações.
- c) O saldo do lucro líquido remanescente, por proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá deliberar a formação das seguintes reservas: Reserva para Reforço do Capital de Giro e Reserva para Equalização de Dividendos, sendo;
 - a. 50% (cinquenta por cento) a título de Reserva para Reforço do Capital de Giro que terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da Sociedade; e
 - 50% (cinquenta por cento) a título de Reserva para Equalização de Dividendos com o fim de garantir recursos para a continuidade da distribuição semestral de dividendos.

Parágrafo único - por proposta da Diretoria poderão ser periodicamente capitalizadas as parcelas dessas reservas para que o respectivo montante, juntamente com o saldo da Reserva Legal não ultrapasse o saldo do capital social.

d) Por proposta da Diretoria, o Conselho de Administração poderá aprovar o pagamento ou crédito, pela Super, de juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas no valor do dividendo obrigatório.

16. Partes Relacionadas

a) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) realizada em 16 de maio de 2023, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2022, no valor máximo de R\$ 12.300 (R\$ 13.500 em 31 de dezembro de 2022). Nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 foram registradas despesas com a Diretoria conforme nota 19.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2023 Em milhares de reais

b) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam quaisquer outras desvantagens.

As principais transações e saldos com empresas do grupo Santander são conforme detalhados a seguir:

	Balanço		Resultado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidades	2.839	19.072	-	-
Cotas de fundo de investimento	197	51	411	4.307
Operação Compromissada	218.312	270.597	15.391	26.958
Despesa de compartilhamento de infraestrutura (nota 20)	-	-	(788)	(2.253)
Despesa de compartilhamento de estrutura administrativa (nota 20)	-	-	(583)	(960)
Despesa de Juros sobre Empréstimo (nota 23)	-	-	-	(352)

A Super manteve transações relacionadas a cotas de fundos com o Santander FI SBAC Renda Fixa Referenciado DI, todas as demais operações com partes relacionadas foram realizadas com o Banco Santander (Brasil) S.A.

17. Receita com Prestação de Serviço

	30/06/2023	30/06/2022
Receita de tarifas	13.079	16.925
Receita de Intercâmbio sobre compras	4.929	8.231
Receita com comissão de serviços	648	556
Total	18.656	25.712

18. Resultado de Intermediação Financeira

	30/06/2023	30/06/2022
Receita títulos	15.391	12.760
Receita com cotas de fundos de investimento	411	2.311
Receita com Depósitos Interfinanceiros	1.444	-
Outras aplicações	29	34
Total	17.275	15.105

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2023 Em milhares de reais

9. Despesas de Pessoal		
	30/06/2023	30/06/2022
Proventos	17.285	13.704
Benefícios a funcionários	3.483	2.185
Remuneração à dirigentes	8.453	3.792
Previdência social	4.222	3.998
Fundo de garantia do tempo de serviço	1.548	1.387
Total	34.991	25.066

20. Outras Despesas Administrativas

·	30/06/2023	30/06/2022
Processamento de dados (1)	10.443	5.772
Serviços de terceiros (1)	12.014	5.978
Depreciações e amortizações	14.660	12.484
Marketing promocional	3.489	2.051
Comunicação	681	698
Serviços técnicos especializados	4.156	4.693
Despesa com central de atendimento	2.579	1.546
Publicidade e propaganda	3.885	9.010
Despesa de compartilhamento de infraestrutura Despesa de compartilhamento de estrutura	788	1.004
administrativa	583	479
Outras	554	643
Total	53.832	44.358

⁽¹⁾ Gastos com desenvolvimento de novas tecnologias.

21. Despesas Tributárias

	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de ISS	778	1.029
Despesas de contribuição ao COFINS	1.169	1.559
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	216	306
Despesas de IOF	1.108	513
Outros Impostos Contribuições	169	146
Total	3.440	3.553

22. Outras Receitas Operacionais

	30/06/2023	30/06/2022
Reembolso de despesas (1)	-	581
Reversão de provisões (2)	7.964	-
Variação cambial	117	187
Incentivos recebidos de parceiros (3)	6.847	8.213
Outras receitas operacionais	605	457
Total	15.533	9.438

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2023 Em milhares de reais

- (1) Refere-se a reembolso de despesas pago por empresas do Grupo Santander.
- (2) Refere-se, basicamente, a provisões de 2022 que não foram realizadas e reversão devido a acordo judicial.
- (3) Receita oriunda de reembolso de despesas previsto em contrato de exclusividade com bandeira e parceiros.

23. Outras Despesas Operacionais

	30/06/2023	30/06/2022
Fee sobre transações de pagamento	7.345	9.919
Perdas operacionais	270	507
Despesa da emissão de cartão	1.325	1.785
Provisão para contingências	1.716	364
Variação cambial	4	36
Outras despesas operacionais	331	451
Total	10.991	13.062

24. Imposto de Renda e Contribuição Social

	30/06/2023		30/06/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	(51.753)	(51.753)	(35.784)	(35.784)
Adições temporárias Exclusões	6.676	20.026	3.024	9.656
temporárias Despesas	(12.938)	(26.253)	(5.562)	(12.759)
indedutíveis	3.565	297	2.151	515
Lucro real tributável	(54.450)	(57.683)	(36.171)	(38.372)
Total de despesa com imposto				
corrente	-	-	-	-
Base de ativo fiscal	200 200	074 440	400.000	450,000
diferido Ativo de imposto de	239.226	271.419	139.692	158.630
renda diferido Despesa de imposto de renda diferido do	59.807	24.428	34.923	14.277
exercício Total de imposto de	1.566	105	(8.798)	(3.174)
renda e contribuição social	1.566	105	(8.798)	(3.174)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2023 Em milhares de reais

25. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

Os acionistas e administradores da Super consideram a gestão de riscos um instrumento essencial para a tomada de decisões estratégicas, inclusive para uma maximização da eficiência no uso do capital para escolha de suas operações.

A Super, em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos, permanentemente tem desenvolvido políticas, sistemas e controles internos para a mitigação de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos, adequando processos e rotinas às modalidades operacionais.

Em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos e as normas do Bacen entre elas a Circular 3.681 de 2013, a Superdigital Instituição de Pagamento S.A. tem o gerenciamento dos riscos:

- I Risco de liquidez O Gerenciamento do Risco de Liquidez cumpre os requisitos da Circular Bacen 3.681/13, que determina o depósito compulsório de 100% do saldo em moeda eletrônica. A política de gestão do risco de liquidez visa a assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos estejam continuamente avaliados. Estabelece ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise.
- II Risco de crédito Tendo em vista que a Super não opera com modalidades de crédito, esta política não se aplica a mesma.
- III Risco de mercado A Super emprega uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais.
- IV Risco operacional A política de gestão de riscos operacionais busca identificar, tratar e gerenciar os possíveis riscos operacionais da Super, com finalidade de garantir a qualidade do ambiente de controle trazendo mais eficiência aos processos internos. Dentro desse contexto o grupo possui estrutura e políticas para a gestão do risco operacional com ferramentas como autoavaliação, monitoramento de indicadores e base de dados de perdas operacionais, garantindo o melhor gerenciamento de processos, sistemas, projetos e novos produtos, dando suporte à tomada de decisão da alta administração.

26. Outras Informações

Em janeiro de 2021 a Super registrou um incidente operacional da Plataforma Superdigital, ocasionando indisponibilidade do uso do aplicativo por algumas horas. A Super atuou na solução desse incidente, e todas as funcionalidades foram reestabelecidas.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2023 Em milhares de reais

O incidente operacional gerou um potencial de provisão para perdas operacionais no montante de R\$ 42.659, além de um valor ativo de R\$ 2.654, de valores a receber de parceiros. O incidente está sendo tratado no âmbito cível e criminal.

A Super é participante de um contrato de seguro do Conglomerado Santander, e após o evento a Administração iniciou o processo de ressarcimento. No semestre findo em 31 de dezembro de 2021 a Super registrou uma despesa no valor da franquia no montante de R\$ 15.583, além do montante de R\$ 42.659 como receita oriunda do ressarcimento diante da evolução exitosa do processo junto a seguradora.

Em abril de 2023 a Super liquidou todos os seus valores a pagar e a receber com a seguradora.

No semestre findo em 30 de junho de 2023 a Super não possui saldos em aberto desse evento.

A Administração da Super reforça que o incidente não impactou o cliente e que mantém sólidas estruturas de controles e liquidez de acordo com as normativas estabelecidas pelo Banco Central.

27. Eventos Subsequentes

Em 11 de agosto de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária – A.G.E o aumento de capital social da Super no montante de R\$16.059, passando o capital social dos atuais R\$ 504.875 para R\$ 520.935, com emissão de 11.722 mil novas ações.

Fabio Fernando Almendros – CEO Ana Flávia Rodrigues – Contadora – CRC 1SP 322213/O-8

DocuSian

Certificate Of Completion

Envelope Id: 06AA1EF59EE948AF8AAC11EB50EA7CDB

Subject: Complete with DocuSign: SUPERDIGITALINSTPAGAM23.JUN.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS) Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 28 Certificate Pages: 2 AutoNav: Enabled

Envelopeld Stamping: Enabled Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia Signatures: 1

Initials: 0

Envelope Originator:

Status: Completed

Lais Sampaio

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água

Branca

São Paulo, SP 05001-100 lais.sampaio@pwc.com IP Address: 201.56.5.228

Record Tracking

Status: Original

29 August 2023 | 11:28

Status: Original

29 August 2023 | 12:09

Holder: Lais Sampaio

Julo Drongo J

lais.sampaio@pwc.com

Signature Adoption: Drawn on Device

Using IP Address: 134.238.160.188

Signer Events Signature

Paulo Pecht

paulo.pecht@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication

(None), Digital Certificate

Signature Provider Details: Signature Type: ICP Smart Card

Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

Holder: CEDOC Brasil Location: DocuSign

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

Timestamp

Location: DocuSign

Sent: 29 August 2023 | 11:42 Viewed: 29 August 2023 | 12:02 Signed: 29 August 2023 | 12:08

Signature In Person Signer Events **Timestamp**

Editor Delivery Events Status Timestamp

Agent Delivery Events Status Timestamp

Intermediary Delivery Events Status Timestamp

Certified Delivery Events Status Timestamp

COPIED

Carbon Copy Events Status

Lais Sampaio

lais.sampaio@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication

(None)

Electronic Record and Signature Disclosure:

Timestamp

Sent: 29 August 2023 | 12:09 Viewed: 29 August 2023 | 12:09 Signed: 29 August 2023 | 12:09

Not Offered via DocuSign

Witness Events Signature **Timestamp**

Notary Events Signature **Timestamp**

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	29 August 2023 11:42
Certified Delivered	Security Checked	29 August 2023 12:02
Signing Complete	Security Checked	29 August 2023 12:08
Completed	Security Checked	29 August 2023 12:09
Payment Events	Status	Timestamps